

## ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A IGUALDADE E A NÃO DISCRIMINAÇÃO (ENIND) — PORTUGAL + IGUAL CONSULTA PÚBLICA — ALGUNS COMENTÁRIOS

A EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal (EAPN Portugal) congratula-se com a nova Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação (ENIND) – *Portugal + Igual*. Enquanto entidade que tem como missão o combate à pobreza e à exclusão social a EAPN Portugal considera que existe na presente Estratégia uma atenção específica a esta problemática o que é significativo tendo em conta que continuam a ser as mulheres um dos grupos mais vulneráveis à pobreza quando comparado com os homens.

No documento que está em consulta pública a EAPN Portugal gostaria de destacar como sendo de grande relevância:

- O mainstreaming da dimensão da igualdade entre mulheres e homens e a introdução da temática do combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade de género e características sexuais que se encontra na base de implementação da Estratégia.
- A atenção dada à intersecionalidade uma vez que as experiências de discriminação não podem ser assumidas como homogéneas, exigindo a capacidade de construir respostas que reconheçam as necessidades específicas das mulheres ciganas, afrodescendentes, idosas, com deficiência, migrantes e refugiadas, entre outras.
- A articulação da Estratégia com outras estratégias nacionais existentes.
- A integração da IMH nas políticas locais e regionais através de planos municipais para a igualdade (participação cívica e política das mulheres) integrando a rede de parceria com as entidades de proximidade. Há um enfoque particular nas entidades públicas no entanto as entidades empregadoras são chamadas a participar para a promoção de uma IMH ao nível da política salarial.
- A atenção dada ao papel da sociedade civil e o apelo à sua participação enquanto parceiro efetivo e de grande relevância para estas temáticas.
- A articulação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030), mas também com a atual Estratégia Europa 2020 e o Pilar Europeu dos Direitos Sociais. É importante começar a trabalhar no sentido de operacionalizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais que inclui a igualdade entre homens e mulheres como um dos seus domínios políticos, mas também contempla outras áreas que são centrais para a construção de uma sociedade mais igualitária e livre de estereótipos. É importante destacar também a proposta legislativa sobre a conciliação entre a vida profissional e

familiar, o apoio a responsabilidades de guarda partilhada e licença parental, com especial destaque para o papel do pai, e o acesso à proteção social alargado ao trabalho atípico que faz parte do Pilar.

A inclusão do objetivo estratégico 7 – Integrar a perspetiva da IMH no combate á
pobreza e exclusão social – no Plano nacional de ação para a igualdade entre mulheres e
homens.

De um ponto de vista mais específico e como complemento para a sua futura implementação e monitorização, a EAPN Portugal gostaria de salientar também o seguinte:

- a) Seria importante destacar na intersecionalidade a Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025 e a Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em situação de sem-abrigo 2017-2023 recentemente apresentadas e que integram as questões do género, da igualdade entre homens e mulheres e combate à discriminação como princípios estratégicos.
- b) No Plano nacional de ação para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica poderia ser relevante abordar as questões do mundo digital, ou seja, perseguição e violência perpetuada via redes sociais, mensagens de telemóvel, etc, relativamente às quais os/as jovens são particularmente vulneráveis.
- c) Seria importante que a participação dos públicos mais vulneráveis fosse defendida e operacionalizada sempre que possível na implementação da Estratégia e respetivos Planos de ação em igualdade de circunstâncias como a academia, sector privado e sociedade civil reforçando deste modo o item das parcerias estratégicas.
- d) A presente Estratégia Nacional deveria ser impulsionadora de um debate a nível nacional relativamente à *Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à conciliação entre a vida profissional e a vida familiar dos progenitores e cuidadores*<sup>1</sup> que integra o Pacote do Pilar Europeu dos Direitos Sociais (já referido anteriormente). Esta Diretiva alerta para a desadequação das políticas de conciliação entre a vida profissional e a vida familiar, para o impacto que a disparidade salarial acaba por ter na disparidade de pensões contribuindo para um maior risco à pobreza; para o ainda desequilíbrio entre homens e mulheres em termos de responsabilidades nos cuidados familiares.

\*\*\*\*\*

2

O Documento está disponível em português aqui: <a href="http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52017PC0253&from=EN">http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52017PC0253&from=EN</a>